

# INAUGURAÇÃO DO XIV CONCURSO MICAELENSE DA RAÇA HOLSTEIN FRÍSIA

Santana, 26 de junho de 2015

## *Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro*

As minhas primeiras palavras são, naturalmente, para agradecer o amável convite que me foi feito pela Associação Agrícola da Ilha de São Miguel para presidir a esta inauguração do XIV Concurso Micaelense da Raça Holstein Frísia e para vos dizer que é um gosto estar aqui numa das principais montras para setor do leite e laticínios da ilha de São Miguel mostrar o trabalho que desenvolve e os resultados que esse trabalho permite alcançar, mas, também, o potencial que esse trabalho ainda encerra.

Embora este seja um evento anual, é no dia-a-dia que se constrói a excelência genética dos animais que estão presentes nesta feira, bem como as condições para que esse potencial genético se possa traduzir na criação de riqueza para este setor e, em concreto, para as explorações agrícolas.

Um trabalho diário que tem registado uma evolução crescente ao longo dos anos, como demonstra, aliás, a produção média de leite por exploração, que aumentou de cerca de 150 para perto dos 200 mil litros nos últimos quatro anos, fruto do melhoramento genético e da implementação de melhores práticas de maneio por parte dos nossos agricultores. É, pois, este capital de produtividade e de competitividade que, nos próximos dias, estará em evidência, aqui, neste evento.

Este Concurso da Raça Holstein Frísia realiza-se num tempo muito particular. Em primeiro lugar, e desde logo, porque decorre perante uma nova realidade derivada da decisão da União Europeia de abolir o regime de quotas leiteiras. Mas existem, também, outros fatores que fazem deste um tempo desafiante para todos os intervenientes neste setor, sejam eles públicos ou privados.

O embargo russo, bem como alguma diminuição do consumo de leite e produtos lácteos em alguns mercados, são elementos que vieram tornar ainda mais exigente este tempo em que vivemos.

Basta referir que, entre abril de 2014 e abril deste ano, ou seja, comparando a evolução entre períodos com o regime de quotas ainda em vigor e a sua abolição, o preço médio do leite na União Europeia a 28 caiu 17%. Uma queda que, no caso de Portugal, se ficou pelos 6%.

Estes dados, que mostram uma descida acentuada e generalizada em 27 dos 28 países - apenas o caso de Chipre foge um bocadinho a este cenário - deveriam, em nosso entender, ser suficientes para que a Comissão Europeia agisse, desde logo, em solidariedade e apoio às zonas e às regiões mais desfavorecidas.

Não é aceitável que a União Europeia continue a pecar por omissão neste processo, perante todos os alertas que lhe têm sido dirigidos, assim como face aos dados mais recentes relativos à baixa do preço do leite na União a 28. E esta omissão torna-se ainda mais difícil de entender quando é certo que, por exemplo, países como a Finlândia, a Estónia, a Letónia e a Lituânia receberam cerca de 40 milhões de euros para apoio específico aos produtores de leite afetados pelo embargo russo, ao mesmo tempo que regiões como os Açores, sujeitas a condicionalismos permanentes e estruturais, não são contempladas com medidas que lhes permitam fazer face a estas decisões e a um mercado que se tem vindo a autorregular, mas por baixo, prejudicando produtores e explorações, bem com a economia circundante.

O Governo dos Açores tem alertado os decisores políticos nacionais e europeus - só o atual Comissário da Agricultura já foi convidado duas vezes para visitar os Açores - para esta que, na nossa opinião, seria, inevitavelmente, uma realidade com danos particulares para regiões como a nossa e que justificam o desenvolvimento de ações compensatórias, também dirigidas especificamente às mesmas.

A Comissão Europeia sabe, porque o Governo dos Açores informou, atempada e pessoalmente, o Comissário da Agricultura de todo este enquadramento e dos impactos previsíveis que a decisão de abolir o regime de quotas tem para a Região. A Comissão Europeia sabe mais do que isso. Sabe, também, o que o Governo dos Açores defende que deve ser feito para minimizar os efeitos desta decisão.

Sabe que defendemos a urgência de criar, em parceria com os Estados Membros e os principais atores da fileira do leite, instrumentos eficazes de segurança contra as diminuições abruptas do preço do leite e reforçando o combate às práticas comerciais desleais.

Sabe que consideramos imprescindível que a União Europeia acompanhe de perto a evolução da produção leiteira nas Regiões Ultraperiféricas e monitorize o impacto económico e social do desmantelamento do regime de quotas leiteiras.

Sabe ainda, porque o Governo dos Açores assim o defendeu e propôs, que deve adotar e reforçar as ajudas à criação e às atividades de organizações de produtores, adaptando-as à realidade das Regiões Ultraperiféricas.

Mas há, ainda, um outro ponto pelo qual o Governo dos Açores tem lutado, porque entendemos que a razão nos assiste, porque entendemos que é uma reivindicação justa, e que tem a ver com o processo de revisão do POSEI.

Tendo em conta que este programa se destina a minimizar as desvantagens geográficas e económicas das Regiões Ultraperiféricas, defendemos que, em sede de revisão, deve ser atribuído à Região um apoio financeiro complementar por forma a compensar o impacto económico, social e ambiental provocado pela desregulação dos mercados das suas produções tradicionais na sequência, precisamente, das decisões que a União Europeia tem tomado, por exemplo, relativamente ao desmantelamento das quotas leiteiras.

Mas não depende tudo, apenas, da União Europeia. Depende também muito daquilo que nós cá, na nossa Região, entidades públicas e entidades privadas, fazemos.

Há a este propósito outros aspetos que interessa ter presente, que interessa não esquecer, não esquecer a forma como temos apostado fortemente nesse setor, mas, mais do que apostar fortemente nesse setor, a forma, excelente, como tem havido recetividade a estes mecanismos de incentivo do reforço da nossa competitividade.

Só no caso de caminhos, água e energia, nesta legislatura, está previsto um investimento de cerca de 20 milhões de euros. Mas, também, os cerca de 340 milhões de euros que alocamos ao setor até 2020 e que vão permitir que cerca de 1.000 explorações e empresas do setor agroindustrial dos Açores beneficiem dos incentivos aos investimentos e à sua modernização.

Uma referência especial ao nível da formação. Só em 2014, foi facultada a formação em praticamente todas as ilhas a cerca de 2.000 agricultores, o que os habilita, desde logo, à melhor gestão das suas explorações.

Mas, se me é permitido, de forma resumida, salientar aqueles que me parecem ser os aspetos nos quais, na componente interna, nós devemos ter particular atenção, permitirme-ia referir, em primeiro lugar, a necessidade de termos uma consciência muito clara sobre onde é que estamos neste momento e neste setor.

O percurso que fizemos, onde é que estamos no que tem a ver com a quantidade produzida e a forma como os agricultores responderam a esse desafio de quantidade. Onde é que estamos na qualidade do leite produzido e na forma como os vários intervenientes deste setor responderam a esse desafio.

Onde é que estamos, por muito que isso nos custe, também, relativamente ao preço e, sobretudo, ao preço comparado com outros países e com o continente. Onde é que estamos, por exemplo, no que tem a ver com água, com caminhos, energia elétrica, com o apoio às organizações de produtores.

Estamos, efetivamente, num espaço que consubstancia, merecida e justificadamente, este tipo de apoio atribuído, no caso concreto, à Associação Agrícola de São Miguel.

O segundo aspeto é termos a consciência de como é que chegamos até aqui. Nós chegamos até aqui porque, sobretudo, de alguns anos a esta parte, houve um consenso de que este era o caminho a seguir e um consenso entre todos os intervenientes nesta fileira e neste setor.

Um consenso quanto ao investimento em caminhos, um consenso quanto ao investimento em abastecimento de água, um consenso quanto ao incentivo e ao investimento na energia elétrica e no conjunto de outros aspetos.

Há uma matéria na qual, sobretudo, os tempos mais recentes tornam necessário salientar e que é a interligação que existe entre as componentes da produção, da transformação e da comercialização.

É um facto de todos conhecido que o Governo dos Açores não tem vacas, não transforma leite, nem vende queijo. Mas há algo que o Governo faz e que não prescinde de fazer, que é acompanhar de muito de perto a forma como estas três componentes se interrelacionam e se entrelaçam e, no fundo, como se preparam para estes desafios que já estamos a viver.

Da parte da produção, o esforço que tem sido feito, é certo, mas também a análise que deve ser feita quanto à competitividade dessa componente e que não pode depender, apenas, dos proveitos, mas que deve, inclusive, ter presente que nem sempre quantidade é sinónimo de mais rendimento.

Do ponto de vista da transformação, a atenção que deve ser dada quanto à valorização dos nossos produtos, mas, sobretudo, aquilo que, quer aqui na ilha de São Miguel, quer noutras ilhas da nossa Região, me parece essencial, que é o não enveredar por determinado tipo de práticas que neguem e destruam, no seu fundamento, o clima que nos parece essencial existir de concertação, de consciencialização e de mútuo esforço para fazer vingar estes setores.

No fundo, práticas que devem ser muito bem pensadas, muito bem ponderadas porque a elas, desde logo, o Governo dos Açores não é indiferente.

Mas, também, uma consciência muito clara daquilo que esta situação que vivemos exige e aquilo que, na opinião do Governo, é uma abordagem serena: a consciência dos desafios que temos à nossa frente, mas que seja valorizadora das nossas capacidades, das nossas especificidades, do trabalho que já fizemos e do trabalho que queremos fazer.

O senhor Presidente da Associação Agrícola de São Miguel referiu há pouco que há alguns que preferem enveredar pelo alarmismo. Eu concordo em absoluto. Há certamente quem prefira, nesta matéria, o discurso da catástrofe, mas eu, filho de agricultores, desde muito cedo que aprendi uma coisa: é que as dificuldades vencem-se, não é estando sentados apregoando o pior, mas é estando a trabalhar, fazendo o melhor. Mas isso aprendi exatamente de onde venho, exatamente do setor agrícola, da lavoura.

É esse o compromisso que eu gostava de vos deixar hoje, aqui, da minha parte e da parte do Governo que lidero. É isso que faremos. É essa luta e este combate e este trabalho que faremos, mesmo que o tenhamos de fazer sozinhos.

É esse o compromisso que vos deixo.

É esse o compromisso que, seguramente, vamos cumprir.

Muito obrigado.